

Línguas nacionais mas não oficiais

A planificação linguística e a definição de políticas linguísticas não são processos ideologicamente neutros: são mecanismos que definem o lugar e funções das línguas na estrutura social e, desse modo, determinam quem tem ou deve ter acesso ao poder político e aos recursos da sociedade. Esta natureza ideológica da planificação e política linguística é particularmente evidente em contextos pós-coloniais onde as línguas ex-coloniais, como o Português, o Inglês ou o Francês, definidas como línguas de “unidade nacional”, se transformaram em veículos de mobilidade socioeconómica e símbolos de distinção social. Em contraste, as línguas nacionais e locais, as línguas primeiras da esmagadora maioria da população, mas (intencionalmente) confinadas a domínios informais, são conceptualizadas como fontes de divisionismo, retrógradas e desvalorizadas socialmente.

A escolha de línguas ex-coloniais como línguas oficiais e como meios exclusivos de ensino tem sido interpretada como uma estratégia das elites políticas para perpetuar o seu domínio, induzindo a que um grande número de cidadãos, incapaz de as adquirir e assim privado do respetivo capital cultural e social, tenha um menor sucesso escolar e depois menor participação na vida social. Assim se explica porque muitos pais, sobretudo das gerações mais jovens, optam por educar os seus filhos nas línguas ex-coloniais e muitas vezes em prejuízo das suas próprias línguas e culturas nativas. Trata-se de uma situação recorrente em todo o continente africano. A subalternização das línguas e saberes locais, a mudança linguística (*language shift*) – das línguas nativas para as línguas ex-coloniais – e a perda ou morte das línguas nacionais e locais são assim algumas das consequências das políticas monolíngues.

O colapso dos regimes de partido único em África, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1980, contribuiu para a introdução de algumas mudanças discursivas, políticas e legislativas. Anteriormente um problema, o multilinguismo começou tardiamente a ser percebido como recurso. Na verdade, são as línguas marginalizadas que permitem fazer luz sobre culturas orais que, por razões históricas, não deixaram registos escritos. O caso da África subsariana é paradigmático desse apagamento intencional, programado e seletivo do seu passado, com perdas incalculáveis e irrecuperáveis não somente para essas mesmas sociedades como para toda a humanidade. A privação de toda uma criação humana, de uma forma particular de exprimir uma conceção do mundo, de um modo de expressar uma relação com a natureza e de uma das formas mais antigas de ver o mundo, que tem a ver com os primórdios de todos nós, está para a sociedade homogeneizada dos dias de hoje como a extinção progressiva das espécies para o que resta da biosfera. É, portanto, um imperativo civilizacional que as culturas e línguas de sociedades orais africanas sejam escritas, registadas em letra de forma e principalmente pelos próprios originários e diaspóricos dessas sociedades. Ainda que, em muitos casos, a prática não esteja em sintonia com os discursos, políticas e leis aparentemente favoráveis ao multilinguismo/

plurilinguismo, o (res)surgimento de programas de ensino bilingue, em línguas ex-coloniais e línguas locais, incluindo em países que nunca tinham experimentado estes programas, como os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), pode ser tomado como evidência da introdução de janelas constitucionais e políticas que começam a acenar para o multilinguismo.

A história mostra que as ideologias e políticas linguísticas monolíngues surgiram na Europa quando da construção de Estados-nação nos quais a dominação das classes ligadas ao modo capitalista de produzir impunha, como condição *sine qua non* para a identidade e coesão nacionais, uma língua ou variedade linguística “padronizada”. O princípio nacionalista “um estado, uma nação, uma língua” sintetiza esta ideologia monolíngue, depois transportada para as colônias onde ainda prevalece. Contudo, e de modo aparentemente paradoxal, enquanto as ex-metrópoles coloniais proclamam a sua abertura para a “viragem multilingue” (*multilingual turn*), no Sul pós-colonial, onde o multilinguismo/plurilinguismo era a norma pré-colonial, muitos aparelhos de estado continuam relutantes em reconhecer a riqueza do seu mosaico sociolinguístico. Simplesmente essa riqueza, ainda que reconhecida pela generalidade dos falantes dessas línguas, pela comunidade científica, por todos os que se interessam pelo património da humanidade e pelo fim das periferias culturais, é, como acontece a todos os objetos a quem a língua dá nome, uma riqueza subjetiva.

Os homens só atribuem às coisas um nome particular (genérico) porque já sabem que estas coisas servem para a satisfação das suas necessidades (...) chamam-lhes talvez “bens” ou outra coisa qualquer que mostre que eles usam essas coisas praticamente, que elas lhes são úteis e atribuem à coisa o caráter de utilidade como se ela o possuísse por ela própria, embora, claro, um carneiro tenha dificuldade em considerar que faz parte das suas qualidades úteis o ser comestível para o homem.¹

Para alargar essa visão subjetiva e reduzir o número de carneiros políticos, esta edição especial da *Africana Studia* procurou contestar o *status quo*: questionando as políticas linguísticas monolíngues e sugerindo estratégias para uma maior valorização e manutenção das línguas Africanas, incluindo das minorizadas em processos ideológicos de hierarquização de entre as próprias línguas Africanas. A transmissão intergeracional das línguas Africanas, o seu uso na educação formal e a sua oficialização são algumas das estratégias que os autores sugerem.

A perspetiva comparada entre várias realidades do continente faz com que este dossier, apesar de se centrar na realidade de alguns PALOPs, tenha a pretensão de mostrar a dimensão de uma realidade que urge transformar.

Feliciano Chimbutane*
Maciel Santos**
Sóstenes Rego***

* Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.

** CEAUP.

*** CEAUP.

1 Marx, Notas marginais ao tratado de Economia política de Alfred Wagner, 1977: II, 446.